CRISE DE IDENTIDADE NACIONAL E A FESTA DA REMEMORAÇÃO NOS ANOS 90 EM PORTUGAL

Maria Manuela Tavares Ribeiro

CENTENÁRIO E MEMÓRIA COLETIVA

Celebrações, comemorações e centenários não são inúteis nem inexpressivos, quer para a instrução do cidadão, quer para a "ilustração" do historiador. São formas de instrução cívica que assumem um significado real na nossa sociedade. Há os que amam, os que não detestam, mas também os que contestam os centenários. Referentes da memória coletiva, perdem-se no esquecimento ou emergem da sepultura dos anos com manifestações que despertam entusiasmos e suscitam interrogações.[1]

Estudar uma comemoração implica a análise de questões relativas ao sentido e às funções do fenômeno de rememoração. Para além das palavras, dos símbolos, das festas – manifestações da consciência comemorativa – há também o lugar da história na sociedade, que quer, assim, ser celebrada.

O quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, em 1894, assumia, na perspectiva de muitos portugueses, a função de modelo pedagógico. Por isso, as atividades festivas para o comemorar assemelharam-se a demonstrações de psicologia política, como numa tradicional festa de aniversário.

Muitos viam nos festejos henriquinos uma ocasião oportuna para, pela evocação do passado, cimentar o sentimento nacional. Ou seja, as preocupações do presente determinaram a razão de ser de uma visão heróica de momentos gloriosos do passado histórico português.

Teria sido entendida a lição e ouvida a mensagem?

O Ultimato inglês de 1890 abriu uma profunda ferida narcisística e ateou um nacionalismo exacerbado. A crença num novo regime assumiu, então, para muitos, a forma de uma República messiânica, o único regi-

---

Maria Manuela Tavares Ribeiro é professora na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e membro do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20).

me capaz de dignificar a nação e reconduzi-la a uma posição de força. A ofensiva contra o símbolo da unidade portuguesa – o Rei – é claramente uma ofensiva contra a monarquia. A crise colonial fomentou uma já dura crise de política interna – crise do regime, econômica, social e cultural.

Crise de valores, viragem ideológica na chamada "geração de 70" e na designada "geração de 90" conduziram a um regresso ao passado, às origens, às "serras", à busca da alma nacional. Tradição democrática amalgamada com o crescente movimento anticlericalista e a corrente positivista alicerçam a idéia de uma República como entificação da regeneração da Pátria.

Um estado de angústia generalizada enraíza-se entre os portugueses ao longo do século romântico. Uma crise de estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais oferece a atmosfera propícia ao crescente pessimismo. A revolta republicana responderá, em 31 de janeiro de 1891, no Porto, à situação precipitada pelo Ultimato inglês. Crise dos anos 90, que os nacionalistas Alfredo Cunha e Trindade Coelho definem como "crise complexa de moralidade e de intelectualidade, de pobreza económica e de miséria mental".[2]

A COMEMORAÇÃO

A alma nacional perdia-se no passado mítico e sem esperança. Escrevia-se, em 1892, na *Revista Portugal*, dirigida por Eça de Queirós, que "os doze últimos anos foram talvez aqueles em que o caráter nacional mais se deprimiu e desonrou".[3]

Ora, num período crítico da vida nacional, o centenário henriquino de 1894 era um exemplo cívico e uma eloqüente lição de patriotismo. O povo português, pela "recordação de factos grandiosos da nossa história", recobraria o ânimo para reconquistar o lugar de direito entre as nações da Europa.

Nas cerimônias comemorativas, a comunidade recorda sua identidade, contando-a e representando-a. Isto é, a atribuição de sentido ao passado como uma espécie de autobiografia coletiva não é apenas contada mas revivificada através de um culto encenado. A rememoração pela palavra e pela imagem mantém o passado vivo através da descrição narrativa, e preserva-o através da sua reencenação e do seu regresso sob uma forma representacional.

Alimentar o patriotismo e elevar o nível moral das populações eram fortes razões para os impulsionadores das comemorações henriquinas.

Razões políticas e a preocupação de ostentação no decoro urbano não foram de modo algum alheias ao acontecimento. A pedagogia cívica passou muitas vezes, como sabemos, pela exaltação dos grandes homens.

A figura do Infante D. Henrique não era muito conhecida nos meios mais populares. Pelo contrário, Camões era um caso nacional, e o seu centenário, em 1880, despertara expansão de entusiasmo e júbilo. O Marquês de Pombal também não era ignorado, e as comemorações de 1882 demonstraram o impacto desta figura. Pese embora toda a conjuntura nacional e a dinâmica dos republicanos e da corrente anticlerical nesses movimentos comemoracionistas.

Daí a necessidade do ensino pela escola, da informação pela imprensa e da ilustração pela oratória que deveriam, porém, ser completados pela lição cívica da edificação de um monumento.

A representação visual do ideal político não deixa de ser um instrumento de propaganda sensibilizadora, cuja importância e impacto se explicam, também, como decorrentes da própria necessidade de seduzir multidões pouco instruídas e pouco sensíveis à pura abstração.

As imagens oficiais

– O monumento

O monumento é decidido, construído e inaugurado num momento particular pelo seu significado político. O clima de polêmica que pode suscitar divide opiniões, alimenta entusiasmos ou exacerba as críticas. A Câmara Municipal do Porto, a fim de celebrar a memória do Infante, pretendia erguer, numa de suas praças, o monumento comemorativo a inaugurar no dia 4 de março de 1894.

O monumento é o símbolo da memória coletiva. A imagética comemorativa tende a ser monumental. O monumento guinda à perenidade.

Aberto o concurso, a artistas portugueses, para a execução do projeto de uma estátua em bronze do Infante D. Henrique, foram sete os estudos propostos: *Invicta*, do escultor Tomás Costa, em desenho; *1394-1894*, do arquiteto Ventura Terra, também em desenho; *Lusitânia*, do arquiteto Marques da Silva, em relevo; *Sagres*, dos escultores José Joaquim Teixeira Lopes e António Teixeira Lopes, em relevo; *Por mares nunca dantes navegados*, do escultor António Teixeira Lopes, em relevo; *Ad Gloriam*, do arquiteto Adães Bermudes, em desenho, e um projeto anônimo, *Utile Dulci*, também em desenho. Estes dois últimos projetos ficaram fora do concurso.[4]

Foi classificado e premiado, em primeiro lugar, por maioria, o projeto apresentado pelo escultor Tomás Costa e intitulado *Invicta*. Em se-

gundo lugar, classificou-se o projeto do arquiteto Ventura Terra, que tinha a divisa *1394-1894*.

A polêmica gera-se em centros de sociabilidade, empolga-se no domínio da imprensa e transparece nos depoimentos e nas entrevistas a individualidades acadêmicas e do domínio da arte e da literatura.

Com efeito, as imagens, a estatuária, a expressão gráfica, isto é, o discurso iconográfico e iconológico, são suportes figurativos de uma cristalização do imaginário coletivo, da personalização de um herói ou de uma linguagem de vulgarização política que pressupõe uma real eficácia social. A análise da obra de arte é sempre complexa e específica, e os determinismos da política vigente refletem-se nela. O documento artístico é, pois, uma inestimável fonte de informação. Emblemas, símbolos e alegorias são, ou podem ser, imagens do poder instituído.

Assim, a tentativa de afirmação dos ideais e valores monárquicos, num momento de crise da autoridade do poder – do poder monárquico –, e de cimentação da mundividência e ideologia republicanas aconteceu nas comemorações henriquinas de 1894.

– Os selos comemorativos

Os desenhos dos três selos comemorativos centram-se sobre a figura do Infante, destacam as datas comemorativas de 1394, 1412 e 1894 e ilustram com alegorias e símbolos (proa da caravela, espada, globo, esfera, escudo, leão, elefante) a vocação marítima do Infante, seu espírito de conquista de novas terras, desconhecidos mares e outros mundos, que levaram Portugal à África e a outras regiões longínquas.

– As medalhas

A medalha comemorativa foi gravada por Manuel Carvalho Figueira. No cimo, na orla um pouco saliente, a legenda *V Centenário do Inf. D. Henrique no Porto.* Na base, *1394-1894*. Ela representa o busto do Infante voltado sobre o lado esquerdo, com o seu chapéu de abas largas e a fita pendente do ombro direito. O reverso apresenta uma figura feminina alegórica – a Sabedoria, representada por Minerva, que aponta para o mar cruzado por uma caravela. Mais duas figuras, uma de homem, sentado à beira-mar, apoiado num leme e uma âncora, outra de mulher, que enverga roupas leves e desenrola um papel, completam a gravura. Sobre uma palma, em que se enrola um ramo de carvalho, e que adorna um dos lados, há um escudo no meio do qual se desenham as armas de D. João I. Ao lado do escudo, corre a divisa do Infante *Talent de bien faire* (Barros,

1956, p.227-230; Lamas, 1916, p.345-348). Outra medalha, gravada por José Arnaldo Nogueira Molarinho, reproduzida em ouro, prata e bronze, apresenta, no verso, a efígie do Infante e a sua divisa; no reverso, está circundada pela legenda *A cidade do Porto ao Infante D. Henrique 1394 Quingentenario 1894*. Duas palmas, em que se entrelaçam um ramo de louro e outro de carvalho. Ligam-se em baixo, com um laço, as armas da cidade do Porto, envolvidas pelo Colar da Torre e Espada, de onde pende a respectiva insígnia, e são encimadas pela coroa ducal e pelo dragão que apresenta uma fita ao pescoço com a inscrição da palavra *Invicta*.

– A bandeira e o hino

Símbolo da unidade, a bandeira é o resultado de uma síntese ou de um compromisso. É um emblema bem representativo, porque é fácil de ver, de "ler" e de assimilar.

Confeccionada por Angelica Artayett, em seda branca, pintada a óleo, com a haste de prata encimada por uma esfera armilar de cuja base sai um laço, também em prata, apresenta a dedicatória da Estamparia do Bolhão. Sobre o lado esquerdo, um tronco em forma de I sustenta a meio duas outras iniciais – D. H. – para se ramificar em longa ramagem entrelaçada por uma fita gravada com a divisa *Talent de bien faire*. O escudo do Infante centra a esfera armilar e a Cruz de Cristo, sendo emoldurado por uma fita em que sobressaem as datas do nascimento do herói e da celebração do centenário. Esta bandeira cobriu a primeira pedra do monumento ao Infante, a bordo da caravela que figurou no cortejo cívico (Pereira, p.238-240).[5]

Nas décadas finisseculares do século XIX, a crise de identidade nacional e o surto exaltado de patriotismo tiveram, também na música, um elemento catalisador do sentimento coletivo de decadência e de regeneração. Basta lembrar as composições musicais inspiradas nas comemorações camonianas de 1880, no Ultimato (1890), de que é exemplo o livro nacional *A portuguesa*, de Alfredo Keil, e, mais tarde, *A pátria*, de Viana da Mota (de 1894-1895, cuja primeira audição se realiza no Porto, em 1897).[6] Registra-se, portanto, um fenômeno de nacionalismo no campo musical que vem na esteira da voga manifestada na Europa, mas que é também revelador do próprio contexto sociocultural português.

Cada povo tem o seu livro-memória. Esse pode ser simbolizado pelo hino. Nele, o momento-memória tem o seu registo nas palavras e na música. Compôs-se o *Hino do Centenário do Infante D. Henrique*, com poesia de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil, autores do hino nacional *A portuguesa*.

Salvé! tu, Lavrador do infinito
Que rasgando oceanos profundos
Da ciência c'o germen bendito
Levantaste a seara dos mundos
.....

Bendiz tua memória
A pátria ocidental
E solta a voz da História
Hosanna triunfal
Glória! Glória! a Portugal.

Emblemas, símbolos e alegorias do centenário henriquino, sinais visíveis de manifesto reconhecimento,[7] meios publicitários que podem, como todas as representações emblemáticas, capitalizar, iludir e provocar tensões internas de uma sociedade. Isto é, podem servir à consciência nacional como podem servir à exploração do sentimento nacionalista.

A imagem nas festas

A comemoração tem o seu apogeu na simbiose do ritual e do festivo. É o momento em que o termo celebração ganha todo o seu sentido. Momento de evocação e apoteose da figura do Infante D. Henrique, o centenário é também festa de reconhecimento do regime monárquico. O programa das festas oficiais inaugura-se em 1° de março de 1894, com a chegada da família real: D. Carlos I e a rainha D. Amélia. Acompanham-na homens do governo: Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (presidente do Conselho de Ministros), João Ferreira Franco Castelo Branco (ministro do Reino), Carlos Lobo d'Ávila (ministro das Obras Públicas) e João António de Brissac das Neves Ferreira (ministro da Marinha e Ultramar).

Nas alocuções proferidas, reiterou-se o espírito nacional da festa, a demonstração de patriotismo e a fidelidade à monarquia: "[...] a vinda de VV. MM. ao Porto nesta ocasião reveste ainda um cunho da mais alta significação e apreço, pois que se propõem associar o trono às aspirações populares na brilhante comemoração de um dos mais ilustres e dignos filhos da nossa pátria [...]" (João Henriques Andresen, presidente da Associação Comercial).

O ponto culminante das comemorações de 1894, no Porto, atinge-se, porém, com o desfile do cortejo cívico.

– O cortejo cívico

Com um tempo soberbo, organizou-se o cortejo cívico que desfilou entre a multidão curiosa que contemplou o espetáculo surpreendente. Janelas, terraços e beirais enfeitados encheram-se de verdadeiros cachos humanos.

O desfile abria com quatro arautos rigorosamente vestidos à época, montados sobre cavalos ricamente ajaezados. Junto ao estandarte do município do Porto, seguiam os seus representantes e os responsáveis da Comissão do Centenário. Com ela, o maestro Alfredo Keil. De imediato, acompanhavam-no os representantes do município de Lisboa e os de muitos outros municípios do país, empunhando as respectivas bandeiras. Seguia-se então o préstito de doze carros alegóricos. O Carro Triunfal da Cidade do Porto – atrás, o governador civil e individualidades da cidade, a representação do clero, os militares, professores da Universidade de Coimbra, membros de múltiplas associações científicas e muitos representantes de profissões liberais. Em seguida, os carros da Agricultura, do Comércio, do Atheneu Comercial, da Indústria, da Exposição Insular e Colonial, dos Bombeiros Voluntários, do Ginásio Lauret, das Belas-Artes, da Sociedade Alexandre Herculano, da Navegação do Século XIV e o dos Empregados do Telégrafo, todos eles intercalados com membros de instituições diversas, operários, bandas de música e estudantes. Fechava o desfile o Corpo de Salvação Pública.

As janelas encheram-se de colchas, e as ruas apinharam-se de gente que presenciou mais do que aclamou ou viveu o acontecimento. Não houve propriamente uma consagração popular nos festejos henriquinos.

Aproximou-se o desfile comemorativo que contornou o obelisco central da praça onde se encontrava a família real. Foi executado o Hino do Infante, sob a regência de António Canedo e entoado por oitocentas crianças das escolas e dos coros dos teatros do Porto. Momento de aplauso entusiástico, de apoteose no espaço-memória – a Praça da Regeneração (Campo de Stº Ovídio), local onde os liberais, em 24 de agosto de 1820, proclamaram a Liberdade e a "salvação da pátria".[8]

As ruas primavam pelas ornamentações, e a iluminação elétrica ou a gás produzia um efeito feérico. Bandeiras, mastros, escudos, a cruz da Ordem de Cristo, esferas e caravelas emolduravam arcos, colunas, pedestais. A divisa do Infante, *Talent de bien faire*, datas e inscrições alusivas à sua vida e obra sobressaíam entre medalhões com o seu busto, flores, coroas de louros, e toda uma profusão de símbolos, que as ruas rivalizavam em ostentar, misturava-se nas vistosas decorações festivas. A cor, a alegoria, o símbolo e a música que as

filarmônicas tocavam nas ruas ou nos coretos criavam a ambiência de festa que se queria festa nacional.[9]

A emergência de toda uma simbologia nacionalista revela essa tendência natural de um regime no poder (porque é poder) assumir e exaltar o interesse nacional. A identidade nacional é, nesta perspectiva, uma verdadeira missão ideológica exercida pelo poder da imagem, da encenação e do espetáculo.

– O cortejo fluvial

Se a cidade se coloriu e alindou para festejar o Infante e rememorar o ciclo da expansão e o gérmen do Império, também o rio Douro, no Porto, foi centro das atenções dos organizadores do centenário. "Efeito mágico" era o do desfile dos vapores embandeirados (*Veloz, Liberal, Galgo, Tritão, Águia, Lince, Tito e Flávio, Leão, Hercules e Ligeiro*) que escoltavam a caravela quinhentista, expressamente construída, que transportava a primeira pedra, vinda de Sagres, para o monumento henriquino. O cortejo fluvial seguiu da foz até a ribeira, onde o esperava apinhada multidão. Tocou-se uma vez mais o Hino do Infante. Em cortejo organizado com os membros da Câmara Municipal, os responsáveis pelo centenário, membros da imprensa, sócios do Club Fluvial, entre outros, foi conduzida a pedra fundamental para a Praça Infante D. Henrique. O cardeal-bispo do Porto, D. Américo, "lançou a benção e o rei colocou a primeira colher de cal" na "pedra mandada extrair pela Câmara de Vila Boa do Bispo, do histórico promontório de Sagres, em 25 de Setembro de 1893".[10]

As comemorações ocorreram também em vários pontos do país. Em Lagos, a Câmara Municipal mandou celebrar um *Te Deum* na igreja matriz. Angra do Heroísmo abrilhantou as festas com um cortejo cívico e a realização de um sarau. Em Lisboa, navios de guerra embandeirados assinalaram o dia festivo de 4 de março. Houve iluminações nos edifícios públicos. Os estudantes manifestaram o seu protesto pela representação acadêmica no cortejo cívico do Porto e reforçaram a posição da Academia de Coimbra.

A simbologia cromática da decoração acentua as cores da realeza. Ressalta o azul e branco da monarquia entre os dourados. Os múltiplos detalhes ornamentais, que testemunham a atualidade, no presente, do passado – escudos, esferas armilares, cordas, cruz da Ordem de Cristo e emblemas da ordem militar, naus, caravelas, mastros, lemes e âncoras – evocam a arte emblemática do manuelino.

As alegorias, muitas delas representadas por figuras femininas, embelezam os carros que desfilam no cortejo cívico, os objetos come-

morativos ou compõem os conjuntos escultóricos dos projetos do monumento. Personificam o saber – a Ciência, a Filosofia, a Geografia, a Matemática, a Astronomia; visualizam as virtudes – a Glória, a Fama, a Religião; imortalizam os feitos – a Conquista (a África), a Descoberta (a Índia); exaltam o progresso – a Agricultura, o Comércio, a Indústria, a Eletricidade; evocam o passado glorioso do império colonial.[11] Alegorias móveis, alegorias vivas e um vasto campo de símbolos a que se agrega uma profusa e diversificada iconografia da efígie do Infante D. Henrique, das armas e brasões reais, da casa onde teria nascido, das crônicas, das divisas, dos feitos realizados, do túmulo.

Iconografia e iconologia que exprimem a imagética política do regime monárquico, o qual procurava recobrar forças no confronto com a luta irreversível do republicanismo e com a já irreversível desagregação do império.

A imagem na palavra

– A memória do Infante na imprensa

Os jornais divulgam os trabalhos preparatórios das festas henriquinas, fazem campanha ou não se escusam a críticas sobre a estética do monumento e os evitáveis gastos com comemorações sumptuárias.

Para uns, as festas do centenário assumiram um ponto alto no processo de afirmação do poder do município. A iniciativa e a organização couberam à Câmara Municipal do Porto, e ao seu apelo respondeu um número considerável de municípios que integraram o cortejo cívico.

Multiplicam-se as notícias e sublinham-se as adesões estrangeiras com a aproximação da data festiva. Lêem-se, nos jornais, as saudações das sociedades geográficas (de Manchester, Hamburgo, Roma, Bruxelas, Paris, Bordéus, Genebra, Marselha, Madri, Amsterdã, entre outras),[12] das associações culturais estrangeiras (da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, do Gabinete Português de Pernambuco e da Bahia, além de várias outras instituições) e das múltiplas sociedades científicas, culturais e desportivas nacionais que assinalam a efeméride.

A polêmica gera-se, sobretudo, no domínio da imprensa. É todo um confronto de ideologias e choque de paixões que emerge da pena de escritores e de jornalistas.

– A imagem para rir e para ver

O desenho impresso não permanece pelo louvor ou pela exaltação. Pode ridicularizar, sendo, então, uma arma manipulada numa guerra ide-

ológica. A própria linguagem laudatória e o elogio também usam a imagem caricatural com fins educativos e pedagógicos. Ensinam com a imagem, pelo riso. A caricatura e até mesmo o anúncio são bons meios de aprendizagem. O jornalista, o caricaturista ou o desenhista podem traçar a imagem de modo a provocar simpatia, acrimônia ou, tão-só, satirizar. A fisionomia delineada, os objetos, as alegorias e os símbolos desenhados, a ilustração com curtas legendas ou simples vocábulos tornam a personagem amada ou detestada.

A história anedótica ou pitoresca das comemorações henriquinas faz a leitura irônica do cortejo cívico, satiriza a situação política, critica o oportunismo dos comerciantes, anuncia os *souvenirs* comemorativos e, enfim, dá-nos sugestivamente os vários rostos do Infante. Visa as cerimônias solenes, contrapondo as cerimônias anti-solenes. Na palavra e no traço revela as contradições ideológicas.[13]

Anima-se a cidade. Ocasião propícia para a indústria e momento alto para o comércio. O anúncio nas páginas da imprensa publicita uma gama diversificada de ofertas ao público. Hotéis, estalagens e casas particulares oferecem as melhores condições para atrair a clientela: "Próximo ao campo da Regeneração – informa o *Jornal de Notícias* de 11 de Fevereiro – há uma família decente que aluga a uma família respeitável uma sala grande com dois quartos, tendo duas camas de ferro, sendo uma com dois colchões e competentes roupas".[14]

Esgotam-se os lugares das janelas, varandas e terraços para assistir às festividades, pois até se "alugam bons lugares numerados para três dias de festa no lado ocidental da Praça da Regeneração, um dos melhores locais". Aumentam as ofertas dos transportes a preços atrativos: "há dois landaus, oito coupés, duas vitórias e três char-à-banc, alugam-se por preços cómodos durante as festas do centenário".[15]

Os adornos, os enfeites ou meras recordações noticiam-se em anúncios sugestivos. O lenço do centenário, estampado pela Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões, decalcava o desenho da bandeira do centenário que se vendia a 200 réis. Alfinetes comemorativos para senhoras e para homens podiam comprar-se na Ourivesaria Reis. Os broches e alfinetes para gravata, em prata dourada e com a efígie do Infante, podiam adquirir-se nos grandes Armazéns Hermínios, onde se expunham ainda, com exclusividade, as bengalas e os guarda-chuvas com a gravura do homenageado em relevo. A Real Chapelaria Vapor satisfez a encomenda do rei D. Carlos de um chapéu henriquino, e, no Bazar Central, expunham-se pratos de fantasia com o retrato do Infante.

O ato comemorativo invade o próprio cotidiano do portuense ou do

forasteiro – lavar-se com sabonetes "henriquinos", cujo invólucro litografado representava a bandeira do centenário, ou saborear as deliciosas "bolachas Infante D. Henrique" em "Caixas próprias para brindes", postas à venda pela Confeitaria Portuguesa, deveriam ser hábitos a adquirir. Vários eram os tipos de bolachas da fábrica Pampulha de Lisboa: com o retrato do Infante, um medalhão e a legenda "Infante D. Henrique, o Navegador"; com a coroa ducal enlaçada em ramos de azinheira e com a divisa *Talent de bien faire*; com um astrolábio e as cartas; com as armas da cidade do Porto e a data de 4 de março de 1394; com o brasão de Sagres e data da morte – 13 de novembro de 1460; com os nomes dos primeiros navegadores: Zarco, Perestrelo, Tristão Vaz e Eanes; com os títulos das obras de Zurara – *Crónica da Guiné* e *Tomada de Ceuta*; com a legenda "A cidade do Porto em 4 de março de 1894 – centenário D. Henrique" e ainda um outro tipo com a inscrição "A fábrica da Pampulha em homenagem ao Porto 4-3-94". A propósito, lê-se no *Diario Illustrado* de 21 de março: "Se o Infante D. Henrique ainda vivesse, não deixaria de provar as deliciosas e legítimas cavacas das Caldas que só se vendem no Armazém Caldense da rua da Bandeira, 104".[16]

Esses e outros anúncios, como muitas caricaturas, divulgavam, a um grande público, imagens e rostos fora do comum, com detalhes risíveis do Infante. Por um lado, com intuitos mercantis, por outro, para ensinar e, em muitos casos, com um agudo sentido crítico, para divulgar uma mensagem.

– O discurso laico – comemoracionismo e anticomemoracionismo

O discurso, lição de eloqüência em alguns momentos das festas henriquinas, expressou um sentido mais ou menos político e posições ideológico-partidárias mais ou menos explícitas, divergentes e antagônicas.

Solenidade, júbilo, preito e homenagem, a comemoração henriquina foi também momento de reflexão.

É da pena de Joaquim Pedro Aires de Oliveira Martins, a poucos meses da morte que o vitima em 24 de agosto de 1894, o texto da conferência inaugural das festas do Centenário, que não chegou a ser lido na solenidade realizada no Palácio de Cristal. O autor da obra *Os filhos de D. João I* (1891) associava-se à apoteose ao Infante pelo caráter precursor do seu heroísmo, pois, como afirma, "se um Henrique foi o fundador desta nação, outro Henrique vem, três séculos depois, abrir-lhe as portas da imortalidade".[17]

Comunga da teoria de Augusto Comte sobre o culto dos grandes homens e, nessa perspectiva, define a comemoração henriquina como uma questão moral. Em outras palavras, o Infante, "frade das ciências", com uma "fé de espécie nova", é um fiel exemplo do monarquismo secular. Homem quase já divinizado pelo seu próprio cronista: "Oh tu príncipe, pouco menos que divino".[18]

Do grupo dos "Vencidos da Vida", avulta Ramalho Ortigão, que, como os demais (António Cândido, Carlos Lobo d'Ávila, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Conde de Sabugosa, Carlos de Lima Mayer, Conde de Arnoso e Marquês de Soveral), tentaria uma nova alternativa aos projetos inviabilizados que comungara – o demoliberalismo e a doutrina republicana positivista. Anuindo aos festejos do centenário henriquino, Ramalho Ortigão corporiza na figura do Infante uma imagem universalizante. O herói individual realiza, a seu ver, uma idéia coletiva. São as suas qualidades humanas – porque é forte e bravo, pela sua coragem como soldado da Guiné e pelo seu desafio de morte a Maomé II – que consagraram o Infante como representante da valentia da nossa raça, segundo opina Ramalho Ortigão. Mas também porque é a expressão do predomínio da ocidentalidade européia no destino do mundo.

A valorização de uma figura ou de um acontecimento, intérpretes de um passado coletivo de uma nação que se assume como raça superior, desencadeia sentimentos de exaltação patriótica. É curioso salientar que em Ramalho Ortigão, como em outros autores e jornalistas, está presente essa convicção da superioridade da civilização ocidental e até do papel primordial da península que, pela gesta dos descobrimentos, impusera a sua superioridade aos outros povos, a que cabia civilizar. A exaltação das virtudes de uma raça superior e a mitificação do herói, seu representante, identificam muitas vezes Nação e Raça.[19]

A imagética universalizante, a afetividade pela gesta dos descobrimentos e a nostalgia do mar buscam o consenso nacional em torno da idéia de império.

Esse olhar distante, para além-mar, é gravado, por exemplo, na poesia de D. João da Câmara:

> N'um extasis de santo, a mão sombreando os olhos
> A vista ao largo, enquanto o mar bate os escolhos
> Consulta o mar azul
> E vê surgir um templo em vasto promontório
> Que tem como remate erguido no Zimbório
> O Cruzeiro do Sul.[20]

O mito do império, a exaltação da pátria e o ideal universalista português são enaltecidos, ainda, pelo orador Manuel Pinheiro Chagas, político e homem de letras. Júbilo de uns, perplexão e crítica de outros. Muitas foram, também, as vozes discordantes.

Se os estudantes da Academia de Coimbra reagiram à ausência de um convite formal pela Comissão do Centenário, não deixaram de honrar a memória do Infante D. Henrique e a sua ação relativamente à Universidade. As comemorações mereciam seu protesto veemente sobretudo pelos intentos políticos que envolviam e que não dignificavam a pátria, que agonizava aos "golpes dos déspotas".[21]

Para os republicanos, era "risível e lúgubre" a vida nacional. E a uma pátria pobre e mártir não valeria muito o espetáculo frívolo da festa do governo e do regime. "Por esse país além – escreve António José de Almeida – as arcas estão vazias e as almas desertas, os braços sem trabalho, as inteligências incultas, o coração sem abalos patrióticos".[22]

Na óptica republicana, a especulação política empolgava uma data gloriosa da história nacional para, sobre ela, arquitetar a festa da exploração financeira, do interesse mercantil. O discurso anticomemoracionista dos republicanos deve ser entendido, porém, num ambiente de campanha eleitoral, o que então ocorria. Radicalizam-se as posições, e as acutilantes diatribes da oposição ao governo revelam-se de forma bem clara nas acrimônias palavras de Joaquim Martins de Carvalho:

> [...] *enquanto para uns tudo são teatros magníficos, bailes sumptuosos, jantares e banquetes de uma ostentação sibarítica, os operários, os trabalhadores, o infeliz povo em geral não tem casa que habite, cama em que durma, fato que vista e alimento de que possa viver com sua mulher e filhos.*[23]

Na sua perspectiva e de tantos outros republicanos, não era o *élan* patriótico nem a vibração da alma popular que animavam as comemorações de glorificação ao Infante.

A apoteose que o Porto celebrava ao "Messias épico das descobertas nacionais", na expressão de Guerra Junqueiro, revelava-se como uma "fúnebre entrudada" num país arruinado econômica e moralmente. Dela restariam "riquezas de gesso, agriculturas de teatro, indústrias de mágica, frotas de papel, glórias de cenografias... – ou tão-só, como Junqueiro ironiza – alguma nova marca de bolachas".

Finis Patriae (1890), como aliás, *A pátria* (1896), da autoria de Guerra Junqueiro, são hinos de elevação da nação portuguesa, são tex-

tos de reflexão sobre a decadência dinástica como origem dos males do país, mas são também cânticos de esperança na república como "fórmula extrema de salvação pública".

A figura do Infante é, como vemos, controversa. Também os republicanos Teófilo Braga e Teixeira Bastos contestam o centenário henriquino. A "lenda do Infante D. Henrique", assim intitula Teófilo Braga um artigo no jornal republicano *Vanguarda*, retrata a imagem do infante despida de todo o virtuosismo com que o consagravam, despojada também da evocação dos grandes feitos de herói nacional. O que foi, pois, o Infante? Segundo Teófilo Braga, "com o ânimo do lucro, introduzindo nas suas colonizações a escravatura africana, o infante desviou o génio nacional para o mercantilismo [...] sob o aspecto moral, pintado como parthenio ou virgem, a história nunca poderá deixar de ser severa"[24] (Bastos, 1894, p.25-26).

Numa época em que se divulgavam as teorias da "decadência fisiológica da raça portuguesa", no quadro do exacerbamento do nacionalismo agudizado pelo Ultimato inglês,[25] as observações higienistas assumem importância relevante particularmente em momentos propícios a surtos epidêmicos ou que representem, de alguma forma, uma ameaça à saúde pública. Nessa perspectiva, a aglomeração de forasteiros na cidade do Porto, por ocasião das festas henriquinas, mereceu da revista *Coimbra Medica* um alerta sobre as perturbações e irregularidades que podem ocorrer em tais ocasiões. A agravar a situação, "já de si bem pouco higiénica", da cidade do Porto, a impossibilidade de submeter tanta gente a prescrições rigorosas de polícia sanitária, as alterações provocadas no cotidiano citadino e as infrações cometidas poderiam fazer desenvolver surtos epidêmicos de conseqüências sérias. "O cansaço, a alimentação desordenada, o excesso de bebida, a promiscuidade e tantas outras desordens constituiriam a série de preparativos destinados a dispor favoravelmente os organismos para a invasão das diversas bactérias".[26] Dado que tais cuidados preventivos não haviam sido tomados, invocando a saúde e a higiene públicas, a *Coimbra Medica* alude desfavoravelmente à celebração do centenário.[27]

O discurso anticlerical e a reação católica

A implantação do anticlericalismo, como forma corrente dominante de pressão política, retoma as suas arremetidas contra a sobrevivência clerical no liberalismo institucionalizado e acentua-se pela palavra dos republicanos e dos socialistas. Depois das Conferências Democráticas do

Casino Lisbonense (1871), e com a divulgação de novas correntes filosóficas, particularmente o positivismo comtiano, através, sobretudo, do impacto de Littré, a "geração de 70" arvorou, com vigor, a bandeira anticlericalista. Movimento cuja mundividência de sociedade e de cultura não se coadunava com a visão clerical e da Igreja Católica, e que, para sua expressão, necessitava ainda de um novo conteúdo político e legal.

Assim, o ímpeto antijesuítico de Oliveira Martins (1845-1894); o radical laicismo positivista de Teófilo Braga (1843-1924); a palavra anticlerical de Eça de Queirós (1845-1900) em *O crime do Padre Amaro* e *A relíquia*; de Gomes Leal (1845-1921) no seu *Anti-Cristo* (1884) e no *Amor divino* (1877); de Teixeira de Queirós (1848-1919); de Teixeira Bastos; ou, ainda, na obra de Guerra Junqueiro, *A velhice do Padre Eterno* (1886); e em *As farpas*, em que Ramalho Ortigão (1836-1915) critica a "padrice", são alguns exemplos, entre muitos outros – como seria de salientar, por exemplo, no domínio da literatura dramática: António Enes, *Os lazaristas* (1875); Lino d'Assunção, *Os lázaros* (1889); Silva Pinto, *Os homens de Roma* (1875); Dupont de Sousa, *O padre liberal* (1890) – do anticlericalismo próximo do ideário republicano e socialista dos anos 80. As propostas alternativas da mundividência anticlerical visavam uma prática cujos fundamentos eram radicalmente contrários aos da Igreja. Em face do "espírito moderno", as soluções que ela apresentava não passavam "de resíduos de metafísica e de medos cósmicos" (Macedo, 1985, p.449; Serrão, p.200-210).

A regeneração de Portugal passava pela necessidade imperativa da luta anticlericalista. Como já o apontara Alexandre Herculano em algumas das suas obras e Antero de Quental na sua Conferência sobre as "Causas da decadência dos povos peninsulares", os intelectuais de 70 e 90 vão procurar compreender e analisar a crise nacional ligada à situação criada pela influência social e cultural da Igreja no país. Recorde-se o reatamento das relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal em 1841; a lei da reorganização dos seminários em 1845; a reentrada dos jesuítas a partir de 1848; a questão das Irmãs da Caridade em 1857-1861; a sucessiva reorganização de outras ordens religiosas no país, sobretudo nos anos 80; e a constituição gradual de associações religiosas.

Reacende-se, como se vê, o anticlericalismo. Qual é a reação da Igreja Católica?

No quadro das comemorações henriquinas de 1894, o diapasão da imprensa católica e do discurso clerical pauta-se, sobretudo, pelo empenho e zelo do Infante na propaganda da fé cristã. Se honrou a Pátria, honrou também a religião, foi homem de fé, e, assim sendo, o cardeal

patriarca de Lisboa, o episcopado e o clero português consagraram o seu testemunho de gratidão e a imediata anuência às comemorações henriquinas. Nas palavras de D. Manuel Agostinho Barreto, bispo do Funchal, na sua pastoral de 12 de dezembro de 1893, a Igreja Católica e o clero português prestavam uma homenagem religiosa em nome do mentor "da difusão do Evangelho, o primeiro e melhor fruto das nossas descobertas". A assinalar a efeméride, repicaram os sinos nas igrejas, cantaram-se solenes *Te Deum*, celebraram-se missas na Sé Catedral, chamaram-se os fiéis aos ofícios religiosos, exortaram-se a entoar um clamor uníssono de entusiasmo, de crença e de íntima gratidão a Deus e ao Infante para que se digne levantar "a nossa amada pátria tão abatida e desprezada e conceder-nos homens de génio, de carácter, de honradez e principalmente de fé".[28] Em suma, exalta-se o caráter do Infante e o seu denodado afeto à Santa Religião.

Os católicos associaram-se às homenagens rendidas ao "bom patriota", ao "excelente cristão" e, sobretudo, ao "pio Infante", num momento que julgavam propício e necessário à difusão da imagem e da palavra da Igreja Católica.

A imagem nas exposições

Incutir nos portugueses a fé, mas também estimular-lhes a consciência do seu império eram alvos essenciais do fervor comemoracionista em 1894. Assim, dar uma lição prática de educação colonial à nação foi o objetivo primacial que presidiu a organização de uma exposição insular e colonial no Palácio de Cristal do Porto, inaugurada, no dia 2 de março de 1894, pelo rei D. Carlos.

Outra manifestação reveladora das potencialidades materiais da indústria e do comércio nortenho teve lugar em Vila Nova de Gaia. A Exposição Agrícola e Industrial foi um certame de promoção dos produtos, das artes e da indústria e um testemunho vivo dos resultados do desenvolvimento econômico do concelho. Quadro demonstrativo da vida de um povo, era também uma lição de trabalho, de estudo e de progresso, "mostrando assim – afirma o rei na sua alocução – que a fibra resistente e a indomável energia, que transformaram numa realidade o sonho gentil do infante D. Henrique, constituem ainda hoje o fundo da alma portuguesa".[29]

O centenário foi, como vemos, inseparável da grande festa do regime monárquico. Propaganda direta da obra realizada por Portugal no seu império ultramarino e da relação estreita entre as colônias e a metrópole. Celebração a que subjaz um sentimento de nostalgia triunfalista.

Para além das festas oficiais, dos cortejos, das exposições, das cerimônias religiosas, algumas associações e sociedades científicas, culturais e desportivas dinamizaram uma gama diversificada de comemorações.

As sociedades desportivas atraíram as atenções.[30] Saraus, récitas de gala, banquetes, bailes e espetáculos musicais preencheram espaços e tempos de citadinos e de forasteiros. Uma festa associativa coroou as cerimônias henriquinas – o banquete dos municípios.[31]

A visita real a instituições de beneficência, a inauguração de escolas, a comutação de penas a presos, o auxílio pecuniário a obras de assistência foram outros ritos dos que sempre se cumprem nessas ocasiões.

Em suma, a análise e a decodificação da imagética, da simbologia, do documento artístico, da oratória, do detalhe da festa são elementos importantes do espetáculo dos centenários, da representação das ideologias e da apreensão e compreensão da memória coletiva.

CONCLUSÃO

As cerimônias comemorativas que se sucedem nas décadas finisseculares em Portugal revelam-nos a busca de um consenso, a procura de outras bases de concórdia, de um movimento de solidariedade e de fraternidade em torno do sentimento nacional. Tudo gira em volta da idéia de Estado-Nação, de Pátria, de patriotismo. "É a formação da cidadania que está ligada à ideia de pátria" (Godinho, 1990, p.25).

Síntese afetiva, como os designou Teófilo Braga, os centenários veneram aqueles que universalizaram idéias ou que exerceram uma ação construtiva na coletividade social. Numa concepção evolucionista e historicista, a evocação distante e a sua exemplaridade justificam um ideal de sociedade projetado no futuro. Na linha da doutrina de Augusto Comte, as comemorações laicizam os rituais católicos e é essa dimensão cívico-religiosa que define a sociocracia comtiana como "governo dos vivos pelos mortos".

O imaginário coletivo quer-se um comum sentir, consensual, um reflexo de um sentimento afetivo solidário. A comemoração e o poder simbólico que ela reveste deveriam compatibilizar os intuitos dos seus mentores e dos seus intérpretes (Braga, 1884). Nem sempre, porém, assim acontece.

As diversas comemorações que ocorreram depois do tricentenário de Camões, em 1880, na linha dos centenários de Petrarca (1879), Vol-

taire, Rousseau (1878) e Victor Hugo (1885), exemplificam a cultualização cívica dos *grandes homens*, referentes fundamentais à consolidação da idéia de Estado-Nação.

O centenário do Marquês de Pombal (1882), a mitificação dos grandes escritores como Garrett, Herculano, José Estêvão, ou as homenagens a Joaquim António de Aguiar, João de Deus, no 1° de maio, no 1° de dezembro, entre outras, com a encenação cívico-religiosa nos espaços simbólicos da rua, da praça, da casa, do cemitério, movimentam massas populares e despertam no seu imaginário as épocas, as figuras, a consciência cívica da memória passada que será ou se pretende que seja um suporte às problemáticas e anseios do presente.[32]

As comemorações do quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, à imagem das festas camonianas de 1880, e modelo que serviria ao centenário de Vasco da Gama em 1898 (que se preparava desde 1894), procuraram enaltecer e alentar a devoção à pátria, ao império, ao progresso. Ao presentificar as glórias passadas da criação do império, num momento em que se punham em causa os direitos históricos, em que se colocava com extrema acuidade a questão colonial – o império português na África –, pretendia o governo regenerador português e a corrente de opinião que lhe era favorável incentivar a consciência cívica e alimentar o imaginário coletivo sobre as pretensões de Portugal nos domínios de além-mar. Não foi conseguida a união de todos os cidadãos em torno do mesmo ideal. De fato, o significado atingido com o centenário camoniano não foi atingido nas comemorações henriquinas de 1894. Isto é, a síntese afetiva não teve uma dimensão nacional.

A oposição dos republicanos e de alguns progressistas ao comemoracionismo henriquino desvirtuava o caráter ostensivo do evento, que mais não era, na sua perspectiva, do que uma estratégia de reconciliação com a cidade de Porto, centro da tentativa republicana de 31 de janeiro de 1891, mas que pretendia assumir-se como síntese nacional corporizadora da dinâmica, da virtude e da organicidade do regime monárquico-constitucional.

O que nos parece é que, se não foram muito significativos os proventos para o partido governamental regenerador, a necessidade de propaganda ideológica através do centenário enquadrava-se numa conjuntura política de crescente afirmação autoritarista, a culminar na ditadura de 1895, de Hintze Ribeiro e de João Franco, radicada no conceito de "germanismo político" bismarckiano. A penosa situação financeira e a questão colonial eram, aos olhos de muitos, indicativos evidentes do estado de inércia e da desagregação do império. Momento privilegiado para familiarizar a opinião pública com problemáticas tão candentes, fazendo da heroicização do

homem e da evocação dos descobrimentos o paradigma do momento épico vivido e da sociedade a regenerar no presente com vistas a um futuro mais promissor. É que "os povos vivem pela ideia... prosperam pela ideia, enaltecem-se e glorificam-se pela ideia. Pela ideia se afirmam as grandes nações e pela ideia se explicam os cenários da História".[33]

Espetáculo cívico da idéia de império para esvanecer o trauma psicológico da crise nacional e revivificar a nação agonizante e decadente, que não tinha acabado ainda a sua missão histórica no contexto das civilizações.

Encenação e culto dos valores e ideais religiosos num momento em que a Igreja e o clero concorriam com os cerimoniais cívicos de inspiração anticlericalista. A difusão da mensagem da doutrina católica procurava restaurar, através do solene cerimonial das comemorações, uma posição inequívoca da Igreja e das doutrinas pontifícias.

Se a homenagem comemorativa é, sobretudo, a celebração da data da morte, isto é, a cultualização de um rito de passagem, também a data do nascimento é rememorada. "Fosse da origem para o fim, ou do omega para o alfa, era ainda a totalidade da existência do evocado e da época que ele incarnava que as comemorações chamavam ao tribunal da memória colectiva" (Catroga, 1988, p.903).

Tempos que marcaram a nacionalidade portuguesa em tempo em que se vive a angústia da "pátria agonizante". Para muitos, a interrogação fazia sentido: "Essa apoteose do passado terá cabimento numa época atolada no lodo de ignomínias torpes?"[34] Tudo no homem Infante D. Henrique é um referente revivido e sujeito a (re)interpretação – o seu nascimento, o seu porte, o seu caráter, a sua ação, a sua fé, a sua morte.

A comemoração, forma particular do culto dos grandes homens, interfere no processo de constituição de uma memória nacional: "Dilui-se tanta vez na ambiguidade, mas pode revelar correntes profundas de renovação, recuperação de uma fidelidade que resiste à opressão ou ao desalento" (Godinho, 1990, p.25).

Na comemoração, na celebração, no centenário, entrecruzam-se interesses políticos, sustentam-se conflitos, firmam-se compromissos, sincrônicos de interrogações, de perplexidades e de dúvidas, nem sempre respondidas, de uma sociedade e de uma cultura.

NOTAS

1. Ver Ribeiro, Maria Manuela Tavares, O Centenário Henriquino. Imagens e ideologia. *Revista de História das Ideias*, v.15, Coimbra: Faculdade de Letras, 1993. p.331-378; e Catroga, Fernando, Ritualizações da História. In:

História da história em Portugal sécs. XIX-XX. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p.547-671.

2. *Revista Nova,* n.1, novembro de 1893.
3. Anônimo, *Revista Portugal*, IV, 1892, p.252.
4. Ver as cartas, memórias e atas de reuniões do monumento no Arquivo Histórico Municipal do Porto (A.H.M.P.), n. inv. 2695. A descrição circunstanciada dos projetos pode ser encontrada em *O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, v.XVII, n.544-545, 1894; e as gravuras, no jornal *Pontos e Virgulas,* Porto, n.15-20 e 26, 1894. Cf. *A Provincia,* Porto, n.1, 2 de janeiro de 1894, p.1.
5. *Jornal de Noticias*, Porto, n.52, 2 de março de 1894, p.1.
6. "Página de um elevado simbolismo, uma síntese luminosa e profundamente sugestiva de um momento histórico determinado, o momento de crise em que a prática parece soçobrar, fá-la ressurgir de novo para uma vida gloriosa, num rejuvenescimento de alma nacional" (António Arroio, Perfis artísticos (J. Viana da Mota). In: *Vianna da Motta. In memoriam*. Lisboa, s.e. [1952], p.185).
7. Testemunho exuberante de preito ao "glorioso infante" é manifestado pelo miniaturista portuense Alfredo Marçal Brandão, que pintou, com gosto artístico, seis rosas em cujas pétalas gravou o retrato, as armas e a legenda do Infante, a data comemorativa, a conquista de Ceuta, o hino, versos dos *Lusíadas* e alusivos ao Infante D. Henrique, compondo, assim, a *Flora do Centenario* (Porto: Imp. Civilização, 1894).
8. Regressou ao seu primeiro nome, Campo de Stº Ovídio, em 1823 e, a partir de 1910, designou-se por Praça da República.
9. *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro,* n.550, 1° de abril de 1894, p.85.
10. *A Provincia,* Porto, n.7.518, 28 de fevereiro de 1894, p.3, col.1.; *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, n.551, 11 de abril de 1894, p.92; e *A Voz Publica,* n.1.195, 6 de março de 1894, p.1.
11. *O Occidente,* n.544, 1° de fevereiro de 1894, p.26-27 e n.546, 21 de fevereiro de 1894, p.46-47.
12. Havia, em 1894, 111 sociedades geográficas, 30 eram francesas, e contavam-se, no total, 18.700 sócios.
13. Ver, por exemplo, os jornais satíricos *O Antonio Maria* (Lisboa, março de 1894), que pelo traço de Rafael Bordalo Pinheiro ironiza com os festejos do Porto; o *Charivari* (Porto, março de 1894); *O Sorvete* (Porto, março de 1894).
14. *Jornal de Noticias*, Porto, n.36, 11 de fevereiro de 1894, p.3, col.3.
15. *Jornal de Noticias*, Porto, n.46, 23 de fevereiro de 1894, p.3, col.4.
16. *Diario Illustrado*, Porto, n.7.522, 21 de março de 1894, p.1, col.6. Em carta de 24 de fevereiro de 1894, Elísio Pereira do Vale, de um armazém de chá, comunica à Comissão Executiva do Centenário o envio de 12 latas de "Bolachas D. Henrique", comemorativas do centenário (A.H.M.P., n. inv. 2.695).

17. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 26ª série, n.10, outubro de 1908, p.313-316.
18. *Jornal de Noticias*, Porto, n.53, 3 de março de 1894, p.1.
19. *Correspondência de Coimbra*, n.12, 16 de fevereiro de 1894 e n22, 21 de março de 1894.
20. *Jornal de Noticias*, n.53, 3 de março de 1894, p.1.
21. *A Ordem*, Coimbra, n.1.942, 6 de março de 1894, p.3.
22. *O Raio*, Coimbra, n.1, 1894, p.5-6.
23. *O Conimbricense*, n.4.849, 6 de março de 1894, p.1, col.4; e *O Tribuno Popular*, Coimbra, n.3.959, 28 de fevereiro de 1894, p.1, col.1.
24. *Vanguarda*, Lisboa, 6 de março de 1894, p.1.
25. Ver Irene Maria Vaquinhas, O conceito de decadência fisiológica da raça e o desenvolvimento do desporto em Portugal (Finais do século XIX/princípios do século XX). *Revista de História das Ideias*, v.14, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, p.365-388.
26. As festas henriquinas e a saúde pública. *Coimbra Medica*, n.6, 15 de março de 1894, p.95-96.
27. Segundo Firmino Pereira, a única epidemia que grassava desde novembro era a varíola. Durante o mês de março, o número de óbitos registrado era de 410 pessoas, no ano anterior, havia sido registrado o número de 408 óbitos.
28. *Correio Nacional, cit., ibidem.* Cf. Maria Manuela Tavares Ribeiro O Centenário Henriquino. Imagens e ideologia.
29. *Diario Illustrado*, n.7.524, 6 de março de 1894, p.1, col.5.
30. *A Voz do Povo*, 3 de março de 1894, p.1; *Jornal de Noticias*, n.54, 4 de março de 1894, p.1.
31. Foi a última festa elaborada para a comemoração henriquina. O menu contemplava variadas especialidades da cozinha européia, acompanhadas de escolhidos vinhos portugueses e franceses, e foi servido a 160 convidados, na presença da família real. Ergueram-se, por fim, os brindes aos reis e ao município (*Jornal de Noticias*, n.54, 4 de março de 1894, p.1). Cf. Maria Manuela Tavares Ribeiro, O Centenário Henriquino. Imagens e ideologia.
32. Ver Fernando Catroga, Ritualizações da História. In: *História da história em Portugal sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
33. *Correspondência de Coimbra*, n.20, 13 de março de 1894, p.1.
34. *Jornal das Damas*, n.5, 1º de março de 1894.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Alexandre Ferreira. *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal, v.XIX, fasc.1-2, Mar.-Jun., 1956.

BASTOS, Teixeira. *A crise. Estudos sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise geral contemporânea*. Porto: Livraria Internacional Ernesto Chardron, 1894.

BRAGA, Theophilo. *Os centenarios como synthese affectiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884.
CATROGA, Fernando. *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal, 1865-1911*. v.2, Coimbra, Faculdade de Letras, 1988. (tese de doutoramento mimeografada).
GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990
LAMAS, Arthur. *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal*. Lisboa: Tip. de Adolfo de Mendonça, v.I, 1916.
MACEDO, Jorge Borges de. O anti-clericalismo em Portugal no século XIX. *Communio. Revista Internacional Católica*, v.II, n.5, set.-out., Lisboa, 1985.
PEREIRA, Firmino. *O Centenario do Infante D. Henrique. Livro commemorativo do centenario henriquino*. Porto: Magalhães e Moniz - Editores, s.d.
SERRÃO, Joel. O anticlericalismo na literatura portuguesa. In: *Portugueses somos*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.